

## ARTIGOS

# A nova economia

Roberto Castro/AE

GUSTAVO H. B. FRANCO

**E**mbora o crescimento dos setores de alta tecnologia no Brasil tenha sido exponencial nos últimos anos, como nos EUA, nossa base ainda é pequena. Por isso não podemos ainda falar em "Nova Economia" no mesmo sentido que eles têm utilizado. Perdemos muito tempo não apenas com a "Reserva de Mercado" na informática, mas com dezenas de outras "reservas de mercado" e com a demora (de pelo menos uma década) para iniciar a abertura, a privatização e a estabilização. E quando finalmente entramos nesses processos para valer, começamos a ter uma "nova economia" de que falar.

Os números para essas três grandes "reformas" são fenomenais: (i) privatizamos US\$ 71,2 bilhões em ativos (US\$ 88,3 bilhões incluindo as dívidas transferidas); (ii) a taxa de penetração das importações (importações sobre oferta total de manufaturados) cresceu de inacreditáveis 4,5% em 1989 para 19,3% em 1998 (essa razão é da ordem de 35% nos EUA); e (iii) a inflação caiu de algo entre 2.000% e 4.000% anuais para os cinco anos anteriores ao Plano Real para níveis internacionais ou próximos disso, a despeito da desvalorização em 1999.

São três processos absolutamente revolucionários e de desdobramentos extremamente amplos. Desses processos resultou, por exemplo, que o investimento direto estrangeiro no Brasil sofreu uma elevação também fenomenal depois de 1995. Até aí o Brasil havia acumulado cerca de US\$ 45 bilhões em investimentos em cerca de 6.500 empresas cujo faturamento estava na casa de US\$ 200 bilhões. A partir



Gustavo Franco: "Perdemos muito tempo"

**Lá nos Estados Unidos, eles estão falando em um "Novo Paradigma"**

daí, de 1996 a 1999, o Brasil recebeu quase US\$ 80 bilhões em investimentos diretos estrangeiros, sendo que não muito mais que um terço desses investimentos está relacionado com a privatização. Em três anos e meio recebemos mais investimentos diretos que em toda a história do serviço de fiscalização e registro de capitais estrangeiros, hoje no Banco Central, mas criado antes dele, nos anos 1950.

Também como resultado dessas transformações, a taxa de crescimento da produtividade sofreu uma mudança de regime: da mais absoluta estagnação nos dez anos anteriores, a produtividade cresceu 7,5% anuais no período 1990-1998, o que significa que uma hora de trabalho na indústria brasileira produz hoje 78% mais mercadorias do que em 1989. Lá nos EUA eles estão falando em um "Novo Paradigma" e coisas desse tipo, com taxas de crescimento da produtividade do trabalho da ordem de 1,5% ao ano.

Com essas transforma-

ções, o Brasil adquiriu um novo núcleo de crescimento formado pelas empresas privatizadas, pelos outros setores abertos ao capital estrangeiro (banhos e seguros e, no futuro, a mídia e as concessões de água e esgoto, por exemplo), pelas empresas estrangeiras da nova safra, pelas empresas de serviços criadas

pela terceirização na indústria, pelas empresas que se mudaram para o interior a fim de reduzir custos, pelos setores que se modernizaram por acreditar na abertura e que investiram em tecnologias de gestão, fizeram associações e criaram vínculos no exterior e, principalmente, pelos setores que não dependem do governo, não compram, nem vendem, não se envolvem com governos, e trabalham com capital próprio (ou seja,

não dependem dessa taxa de juros que o governo não baixa porque não consegue colocar suas contas em ordem). A clivagem entre a velha e a nova economia tem tudo a ver com a divisão entre público e privado.

São dessas áreas que vêm os membros da tal "nova classe média", assim como essas novas lideranças empresariais que ninguém nunca viu, e têm aparecido nas cerimônias empresariais de fim de ano, a fim de ocupar os lugares que antes cabiam aos velhos medalhões da indústria nacional.

As coisas mudaram com imensa rapidez na década de 1990, e especialmente depois do Plano Real. Está certo que o crescimento econômico não foi tão brilhante quanto a magnitude dessas transformações poderia sugerir, como não se cansam de insistir os derrotados pelas mudanças, os neo-luditas do fim do milênio: o Iedi, o PT e agora, esta semana que passou, também a Cepal. É preciso ter clareza sobre isso, o crescimento foi prejudicado por duas razões muito claras e que nada têm a ver com as transformações acima descritas: (i) o governo não fez o seu dever de casa na área fiscal, senão em parte, e por isso não é capaz de reduzir as taxas de juros (quem conseguiu alguma redução recentemente foi a inflação) para níveis que ajudariam as mudanças a ocorrer mais suavemente; e, principalmente, (ii) três crises internacionais da maior gravidade (México, 1995, Ásia, 1997 e Rússia, 1998) que deprimiram nosso crescimento (e teriam esse efeito o que quer que estivéssemos fazendo) e fizeram crescer as tensões inerentes às mudanças.

Talvez em função dessas tensões tenhamos tentado inovar no terreno das "âncoras" do Plano Real. Nada poderia dar mais alento aos derrotados que a desvalorização, sua grande bandeira desde o

**Nada poderia dar mais alento aos derrotados**

**que a desvalorização**

começo e sua grande vitória em janeiro deste ano. Mas a mudança não foi propriamente um sucesso. Como disse o professor Antonio Barros de Castro, a desvalorização veio quando a indústria não precisava mais dela. E com isso, a nova economia se vê ameaçada, pois a sobre-desvalorização pode voltar a desempenhar o seu papel histórico de acobertar a incompetência.